

Conflitos e diálogos: análise dos Sistemas de Áreas Protegidas e Populações Tradicionais na América Latina em Florestas Tropicais

FURLAN, Sueli Angelo^{1(*)}; MARINHO, Mauricio de Alcantara²; CAMPOLIM, Marcos³
Buhner

1 - Depto. Geografia - FFLCH-USP | (*) Brazil 2 - Fundação Florestal do Estado de São Paulo-SP_Brasil 3 - Instituto Florestal/Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo

Resumo:

Como manejar florestas para uma ampla gama de necessidades sociais e conservar estes ecossistemas? Como considerar as diferentes formas de manejo de florestas tropicais por comunidades tradicionais nas políticas territoriais? As práticas sociais empreendidas pelos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caiçaras entre outros segmentos culturalmente diferenciados estão sendo considerados na construção de políticas de ordenamento ecológico e territorial? Em que medida os conflitos tem repercutido e gerado diálogos para novas formas de co-manejo, gestão comunitária de áreas naturais e governança? Estas são as perguntas desta pesquisa que vem analisando as práticas sociais de comunidades tradicionais não indígenas em relação ao uso das florestas tropicais e os conflitos e soluções face ao Sistema de Áreas Protegidas, implantado como modelo geral em toda a América Latina.

Em muitos países da América Latina existe o conflito legal da presença de populações tradicionais em Áreas Protegidas. O Sistema de Áreas Protegidas tem sido um instrumento legal transitório, fruto da evolução de políticas de conservação inspiradas num modelo de conservação que excluiu as comunidades humanas. Neste sistema não é possível o reconhecimento formal da existência de populações tradicionais em Áreas de Proteção Integral, tais como Parques e Estações Ecológicas.

A implementação de esferas formais de gestão participativa por meios dos Conselhos Consultivos e Deliberativos tem sido uma estratégia para possíveis conquistas das comunidades no caso brasileiro. A reclassificação de áreas protegidas e criação de mosaicos, atualmente em aplicação no Brasil, buscam minimizar dívidas sociais e legitimar o processo de resistência de populações humanas residentes em espaços naturais. Assim também foi o surgimento de novas categorias de áreas protegidas, na década de 1990, em especial as Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no território brasileiro.

As experiências de co-manejo e gestão de áreas de conservação comunitárias constituem temas emergentes na América Latina e vem contribuindo para legitimar as ações de conservação na região (UICN, 2003). No entanto, como regra geral, o Estado tem dificuldade de reconhecer processos reivindicatórios e permanece a tutela governamental. Este estudo compara experiências de co-manejo e gestão comunitária de áreas naturais na América Latina, e aplicação destes instrumentos no território brasileiro. Para o desenvolvimento da pesquisa estão sendo utilizados métodos quantitativos e qualitativos. A investigação teórica conceitual se baseia em documentos acadêmicos e técnicos e

entrevistas semi-estruturadas realizadas em campo e pela internet. Muitos estudos têm analisado o papel das novas territorialidades impostas pelo modelo de políticas de Áreas Protegidas. Nesta pesquisa estamos problematizando o conceito de territorialidade, conflitos e cooperação como noções importantes para entendimento da permanência e transformação cultural e sua materialidade espacial em diferentes comunidades tradicionais que se utilizam das Florestas Úmidas na América da América Latina. Constitui um tema de particular importância para um continente rico em diversidade biológica e cultural como o nosso e ainda reticente quanto ao reconhecimento da importância do co-manejo.

Como referenciais teóricos estão sendo utilizados conceitos da geografia cultural, com elementos da antropologia, geografia agrária e biogeografia. É necessária uma linguagem conceitual nova para proceder a leitura espacial. Essa linguagem foi encontrada no momento em que se considerou a pluralidade teórico-metodológica, buscada como fundamento para lidar com o tema do trabalho que envolve a cultura e a natureza. A geografia cultural é a que mais se identifica com as análises da percepção e das vivências da população local com a natureza. (Furlan, 2000).

Foram analisadas contribuições obtidas através da participação em diferentes fóruns de discussão, estudos de campo e do acesso documentos e materiais de aproximadamente 100 projetos que vem buscando desenvolver um Manejo Florestal Sustentável com a participação das comunidades locais e suas interfaces com áreas protegidas (Furlan, 2005). Frente ao grande universo de Unidades de Conservação existente no continente americano e sua complexidade institucional tem-se selecionado alguns países para fazer a análise de seus sistemas de Areas Protegidas, com enfoque para Parques e presença de ocupantes. Os pressupostos para a seleção dos países estão embasados na representatividade no continente americano (América do Norte Central e Sul) e na vivência dos pesquisadores em alguns países (Furlan, *op.cit*).

As informações obtidas junto a responsáveis por parques (nacionais e internacionais), previamente selecionados, além de obter dados reais permite também a prospecção de impressões pessoais de cada gestor referente às condições positivas e/ou negativas da presença de ocupantes tradicionais em Parques. Desta forma se poderá comparar diretrizes políticas dos sistemas de unidades de conservação e as tendências pessoais dos gestores, assim como espaços naturais com iniciativas e potenciais estratégias de co-manejo ou gestão comunitária, dentre outras formas de gestão e ordenamento territorial. Neste trabalho destacamos o Brasil e a Costa Rica para efeito de comparação.

Introdução

Ao abordarmos as relações entre populações humanas e Áreas Protegidas, tratamos fundamentalmente das relações entre a sociedade civil e Estado e a crise socioambiental vigente.

Conforme Neder (2002), nenhum dos sujeitos sociais e políticos relevantes na era contemporânea estão isentos de participar, bem ou mal, da divisão política, técnica e ética de responsabilidades que determina a crise socioambiental em particular no Brasil, mas também na América Latina. Mudam-se os territórios, culturas e ambientes, mas as necessidades vitais e as políticas continuam muito semelhantes, demarcadas por um Estado

centralizador, autoritário e neoliberal que atende em sua macro-estrutura, aos interesses do capital monopolista.

No Brasil o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Decreto nº 5.758, de 13/04/2006) busca romper com esta tendência. Estabelece diretrizes de conservação ambiental pautadas no envolvimento das populações residentes e vizinhas às Unidades de Conservação (UCs), com ênfase nos povos indígenas e quilombolas. Para Irving e Matos (2006), o PNAP possui visão sistêmica e “*aproxima poder público e sociedade, numa perspectiva de co-responsabilidade*” e apesar de encontrar respaldo no V Congresso Mundial de Parques (Durban, África do Sul, 2003) e no II Congresso Latinoamericano de Parques (Bariloche, Argentina, 2007), não foi implementado efetivamente, incluindo-se as relações entre áreas protegidas e populações residentes e vizinhas.

Bensusan (2006) destaca a necessidade de se identificar e promover processos sociais que possibilitem às comunidades locais conservar a biodiversidade como parte de seus modos de vida, incluindo o manejo das áreas protegidas. Esta postura implica, fundamentalmente, em criar espaços de diálogo e decisão, por meio da construção de políticas públicas proativas, includentes e atribuidoras de poder. Conforme Furlan (2000): “a conquista da cidadania não é uma questão de reconhecer ou conceder a alguém direitos. Mas efetivamente uma apropriação civil de direitos e liberdade democrática num processo construtivo de um novo modelo de sociedade civil.”

A construção destas políticas implica no estabelecimento de acordos entre militantes e entre as distintas correntes da conservação da biodiversidade. Conforme afirma Diegues (2000): “essa nova aliança deverá se fazer também na superação das divergências que ainda separam os ecologistas sociais e os preservacionistas, uma vez que uma das principais ameaças está vindo das instituições neoliberais que acham que a conservação pode ser atingida por mecanismos de mercado.”

Alguns focos de resistência e mudança coexistem na sociedade, gerados por pressões e reivindicações de lideranças, associações comunitárias ou movimentos sociais. Processos esses que podem ou não ser fortalecidos por agentes que atuam no planejamento e gestão das Áreas Protegidas.

Em muitos países da América Latina existe o conflito legal da presença de populações tradicionais em Áreas Protegidas. O Sistema de Áreas Protegidas tem sido um instrumento legal transitório, fruto da evolução de políticas de conservação inspiradas num modelo de conservação que excluiu as comunidades humanas. Neste sistema não é possível o reconhecimento formal da existência de populações tradicionais em Áreas de Proteção Integral, tais como Parques e Estações Ecológicas. A participação efetiva nas políticas territoriais das comunidades tradicionais é parte de uma conquista que se desenha por diferentes manifestações de luta. Uma no interior do quadro legal e outra na organização social de comunidades interiorizadas ou moradoras do entorno de Áreas Protegidas. Luta pelo reconhecimento legítimo do seu modo de ser, viver e trabalhar.

A implementação de esferas formais de gestão participativa por meios dos Conselhos Consultivos nos Parques (que vem se difundindo, por exemplo no modelo brasileiro) ou do comanejo em países onde as comunidades participam efetivamente da gestão tem sido uma estratégia para possíveis conquistas das comunidades. A reclassificação de áreas protegidas e criação de mosaicos, atualmente em aplicação no Brasil, buscam minimizar dívidas sociais e legitimar o processo de resistência de populações humanas residentes em espaços naturais. Assim também foi o surgimento de novas categorias de áreas protegidas, na década de 1990, em especial as Reservas

Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no território brasileiro.

As experiências de co-manejo e gestão de áreas de conservação comunitárias constituem temas emergentes na América Latina e vem contribuindo para legitimar as ações de conservação na região (UICN, 2003). No entanto, como regra geral, o Estado tem dificuldade de reconhecer processos reivindicatórios e permanece a tutela governamental. Este estudo compara experiências de co-manejo e gestão comunitária de áreas naturais na América Latina, particularmente trata das políticas recentes na Costa Rica e aplicação destes instrumentos no território brasileiro. Para o desenvolvimento da pesquisa estão sendo utilizados métodos quantitativos e qualitativos. A investigação teórica conceitual se baseia em documentos acadêmicos e técnicos e entrevistas semi-estruturadas realizadas em campo e pela internet.

Muitos estudos têm analisado o papel das novas territorialidades impostas pelo modelo de políticas de Áreas Protegidas. Nesta pesquisa estamos problematizando o conceito de territorialidade, conflitos e cooperação como noções importantes para entendimento da permanência e transformação cultural e sua materialidade espacial em diferentes comunidades tradicionais que se utilizam das Florestas Úmidas na América da América Latina. Constitui um tema de particular importância para um continente rico em diversidade biológica e cultural como o nosso e ainda reticente quanto ao reconhecimento da importância do co-manejo. Neste artigo apresentamos para análise e discussão uma apreciação sobre estes caminhos.

Materiais e Métodos.

Em primeiro plano analisaremos o caso de bairro Guapiruvu, vizinho ao Parque Estadual Intervales (PEI) – situado num dos maiores fragmentos de Florestas Tropicais do Sudeste Brasileiro, particularmente o trecho localizado na Serra de Paranapiacaba – São Paulo-Brasil.

O bairro Guapiruvu situa-se no Vale do Ribeira paulista e constitui território de luta pela terra, desde a década de 1950, e experimentação de iniciativas socioambientais e estratégias inovadoras de organização social e produtiva. Esse trabalho é orientado pela atuação da ONG - Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável (AGUA), anteriormente denominada Associação de Amigos e Moradores do bairro Guapiruvu.

Em Guapiruvu coexistem modelos agrícolas diferenciados (agronegócio *versus* agroecologia) e também é foco de extrativismo ilegal do palmito juçara (*Euterpe edulis*) no Parque Estadual, atividade essa que envolve parte de moradores e não moradores, principalmente os jovens.

O PEI é administrado pela Fundação Florestal (FF), organismo vinculado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA-São Paulo-Brasil) e que até final de 2006 somente administrava essa Unidade, desenvolvendo projetos de apoio comunitário e manejo sustentável em bairros vizinhos e UCs do Vale do Ribeira, incluindo o bairro Guapiruvu.

Este estudo de caso é parte integrante de dissertação de mestrado (Marinho, 2006) e teve como objetivo analisar as relações de conflito e cooperação entre o PEI e o bairro do Guapiruvu, envolvendo os seguintes sujeitos sociais: a) Moradores do bairro Guapiruvu: lideranças, pequenos e médios agricultores e ex-extratores de juçara; b) Funcionários e gestores de UCs: vigias do PEI, técnicos e gestores da FF.

Em segundo plano abrimos o leque para comentar de forma panorâmica como o co-manejo vem se estabelecendo em países da América Latina, particularmente focaremos a Costa Rica, onde recentemente os autores tiveram oportunidade de conhecer experiências nesta mesma direção.

O estudo da relação entre populações camponesas e UCs teve como referencial teórico a geografia cultural e subsídios da geografia agrária e da biogeografia, buscando a compreensão mais ampla para responder aos objetivos propostos.

Conforme Furlan (2000), “é necessária uma linguagem para proceder à leitura espacial. Essa linguagem foi encontrada no momento em que se considerou a pluralidade teórico-metodológica, buscada como fundamento para lidar com o tema do trabalho que envolve a cultura e a natureza.”

No caso do Parque Estadual de Intervales o papel de pesquisador e gestor impôs cautela adicional para a adoção dos procedimentos de pesquisa. Para enfrentar esta relação dicotômica, buscou-se colher os subsídios e evitar que expectativas surgissem entre os sujeitos sociais envolvidos. Nos demais estudos os métodos de interlocução foram a observação e descrição densa assim como entrevistas com atores locais.

Definiu-se como método de análise a “observação participante”, conforme proposto pelo sociólogo Howard Becker que enfatiza a importância sobre o pesquisador desenvolver soluções de método que estejam adaptadas à sua área de estudo (Becker, 1994). Ou nas palavras de Foote-Whyte (1980): “a importância de observar as pessoas em ação e escrever um relatório detalhado sobre os comportamentos concretos, totalmente isento de julgamentos morais.”

Quanto à pesquisa bibliográfica, esta foi feita utilizando-se livros, periódicos e também projetos, atas de reuniões, relatórios e outros documentos elaborados pelo poder público e a sociedade civil, que em geral não são considerados nos estudos, a chamada “literatura cinzenta” (Pisciotta, 2003).

Os dados primários foram obtidos no decorrer de visitas técnicas de campo e envolveram participação em reuniões, conversas formais e informais.

Foram escolhidos informantes-chave (ICs), considerando a existência de diferentes lideranças reunidas em todas as situações analisadas

Sob o ponto de vista dos ICs e outros protagonistas sociais envolvidos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas para subsidiar a análise proposta. Este amplo estudo encontra-se ainda em andamento. Apesar de alguns casos terem sido concluídos não consideramos que as observações aqui desenhadas sejam conclusivas.

Estudo Focal 1 – Unidade de Proteção Integral e participação social na conservação no Brasil. Áreas de Proteção Integral no Vale do Ribeira – São Paulo.

No Estado de São Paulo existe um continuo de Florestas Tropicais que representam o maior fragmento de florestas tropicais úmidas costeiras do Brasil. Nesta região denominada institucionalmente de Continuo de Paranapiacaba (uma alusão as formações florestais conectadas que recobrem a Serra de Paranapiacaba no Estado de São Paulo. Essas florestas tem maior área na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape).

Segundo o Instituto Socioambiental (1998), “existem vários “vales” no Vale do Ribeira e esta afirmação não é pertinente apenas de um ponto de vista rigorosamente geográfico. Ela vale também quando se considera a diversidade de maneira através das quais uma

região complexa como o Vale pode ser percebida, pode ser descrita e pode ser intencionalmente interpretada.”

Cerca de 1/3 do território do Vale do Ribeira se encontra no Estado do Paraná incluindo as nascentes do rio Ribeira de Iguape, sub-região que se encontra em processo avançado de degradação ambiental. No Estado de São Paulo a situação é outra, pois 60% de seu território se constitui por UCs de proteção integral e de uso sustentável. A região como um todo abrange uma área de aproximadamente 28.306 Km² e é ocupada por uma população de aproximadamente 400 mil habitantes.

Destacam-se a seguir alguns elementos sobre a história da região e que buscam contextualizar a área de estudo.

No início do século XX ocorreu a crise da produção do arroz no Vale e sua exclusão econômica ligada a produção cafeeira no interior do Estado de São Paulo. Também não prosperaram, nesta fase, os projetos de colonização através da imigração (Petroni, 1966).

Nas primeiras décadas do século XX se expandem as lavouras de chá e de banana, demarcando o processo de reincorporação capitalista da região. O Vale passa a ser fornecedor de alimentos, de força de trabalho e de terras, todos a baixos custos para as cidades. Tem-se relativo sucesso da imigração japonesa em contraste com as anteriores (Resende, 2002)

Entre as décadas de 1950 e 1980 avança o capitalismo moderno na região, processo intensificado pela conclusão da rodovia BR – 116, a Régis Bittencourt, no início dos anos 1960 (Santos 2004). A concentração de terras e os conflitos no campo são intensificados.

Na segunda metade da década de 1980 é fortalecida a política ambiental estadual. As medidas disciplinares recaíram, na maioria, sobre os pequenos agricultores, agravando o processo de exclusão social na região. Por sua vez, a exclusão social está relacionada a outros fatores, incluindo o aumento da agricultura de tipo convencional, queda dos preços de venda de produtos agrícolas, concentração de terra e renda, dificuldade de créditos para pequenos e médios e a carência de políticas públicas básicas para a população do Vale.

Tais fatores acentuaram a crise econômica e sociocultural dos bairros rurais do Vale do Ribeira. Houve aumento do êxodo rural, da urbanização e da pressão sobre áreas naturais. Neste contexto formam-se as redes clandestinas de atividades predatórias como é o caso da extração clandestina do palmito juçara, o *Euterpe edulis*, uma árvore endêmica da Mata Atlântica, hoje ameaçada de extinção que produz um recurso vegetal apreciado na culinária nacional e de grande demanda de mercado..

As unidades escolares de ação comunitária (UEAC's) que funcionaram até meados da década de 1990 e a atuação dos agentes comunitários de saúde representaram um marco na organização social na região. No caso das UEAC's houve a abrupta interrupção desse sistema educacional. As políticas posteriores de municipalização de ensino e o descuido com as escolas rurais contribuíram para a desagregação familiar e comunitária nos bairros, conseqüentemente, agravando o quadro de exclusão social sub-regional.

A região é classificada como de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo. De acordo com Nunes (2003), esse desempenho repete os resultados das edições anteriores do IDH e demonstram que a região necessita de políticas públicas sérias e determinadas a transformar essa realidade. A situação econômica do Vale do Ribeira prevalece mesmo nos municípios que possuem parte do território com presença de unidades de conservação, e que recebem o chamado Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ecológico. É notória a falta de transparência dos governos locais quanto à destinação desta receita e a população desconhece seu significado e relevância, favorecendo as relações vigentes de clientelismo político e as

manobras do poder local em torno do debate desenvolvimento *versus* conservação ambiental. Conforme Fundação Florestal (2005) há um discurso corrente entre os políticos da região de que a conservação é empecilho ao desenvolvimento e, muitas vezes, o repasse do ICMS ecológico é deliberadamente ignorado.

Tanto o governo estadual como o federal têm intensificado as ações na região embora os avanços sejam lentos para dar conta do nível de atenção exigido pela região. Apesar da forte presença do Estado na região, evidencia-se a ausência de políticas públicas que integrem as diferentes esferas do poder público e da sociedade civil.

É um dos maiores desafios para o Vale do Ribeira, buscar a convergência de esforços setoriais e que se adequem às características socioambientais presentes, condicionando a adoção de medidas alternativas ao sistema hegemônico do desenvolvimento. A este quadro descrito se sobrepôs nas últimas décadas do século XX um mosaico de áreas protegidas de proteção integral e uso sustentável que abrange cerca de 70 % de toda a região. Além disso, vários setores também encontram-se protegidos por outras legislações ambientais que restringem o uso econômico na região.

Estudo focal 2 – Costa Rica – sobre o manejo compartilhado e a participação de comunidades – uma visão geral como exemplo a ser discutido

A Costa Rica, país da América Central, foi declarada em 2008 o que menos desmatou pelo Global Monitoring Report do Banco Mundial (Bird, 2008). Muitos autores que discutiram durante décadas os modelos de proteção referenciam a Costa Rica como um caso bem sucedido. Chama atenção a importância que a gestão de áreas protegidas vem tendo nos últimos anos neste país em função do incremento do turismo. Cerca de 60% dos turistas que visitam a Costa Rica freqüentam alguma área silvestre. A taxa anual de crescimento na visita de turistas a áreas silvestres protegidas é da ordem de 6,7% (período de 2003-2006). A partir de 2003, a proporção de visitantes residentes superou a proporção de visitantes residentes. 63% dos parques possuem plano de uso público e plano de manejo. Do total da superfície declarada como Parques Nacionais e Reservas Biológicas, atualmente 90% é propriedade do Estado.

A Costa Rica promulgou uma Lei que regulamenta o manejo e esta iniciativa evidentemente propicia a implementação das parcerias privadas no manejo. Por outro lado também tem sido uma porta aberta para a participação comunitária em projetos que tem revelado grandes lições democráticas para os conflitos socioambientais. A organização política e comunitária e o apoio de ONGs socioambientais tem jogado um papel relevante no empoderamento das comunidades locais e fortalecido princípios de governança.

Este estudo de caso faz parte de um projeto maior de avaliação dos conflitos e diálogos e áreas protegidas e apóia-se em três visitas técnicas feitas a Costa Rica nos anos de 2007 e 2008 a diferentes modalidades de Áreas Protegidas. O objetivo destas visitas foi conhecer o sistema de áreas protegidas e identificar como o poder público estabeleceu o marco legal e conceitual do manejo compartilhado de áreas protegidas.

O conjunto de áreas protegidas da Costa Rica, foi sendo delineado paulatinamente como nos demais países da América Latina. A declaração das modalidades de proteção tem sido instituídas acompanhando a evolução das instituições e também as transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais do país. Assim como no Brasil e demais países latinoamericanos esse processo não resultou de um desenho cuidadoso e sim produto de circunstâncias e oportunidades. Apesar disto a Costa Rica constitui um certo marco para

os demais países que reproduziram em diferentes escalas as visões de conservação que excluiu as sociedades locais deste processo.

A convicção de que as áreas protegidas não podem ser geridas como ilhas motivaram as transformações em curso buscando um novo paradigma que hoje se denomina governança. Na Costa Rica a conservação se transformou num assunto de interesse geral, pois o turismo ecológico “arrebato” o país em meados dos anos 1980, transformando-se numa das principais fontes de recursos econômicos.

A Costa Rica é um país pequeno com 51.100 Km² de área e uma população total de 4.327.000 habitantes (em 2000). Tendo uma distribuição concentrada no alto das cordilheiras escarpadas onde se localiza a capital San Jose com 1.345.750 habitantes.

O país possui 160 áreas silvestres protegidas que somam 1.840.448 ha, equivalente a 26,11% da área continental do país. Neste estudo estaremos dando um panorama dos conflitos e diálogos que vem ocorrendo a partir da lei que instituiu a Política de Manejo Compartido.

Resultados e discussão

Estudo Focal 1 – Unidade de Proteção Integral: participação e organização política Parque Estadual Intervales: de Fazenda a Parque Estadual

O PEI foi criado no dia 8 de junho de 1995 (Decreto nº 40.135), composto inicialmente pela Fazenda Intervales com 38.356 ha e pelas glebas de terras devolutas chamadas Xiririca A e B, com 11.532 ha, totalizando 49.888 ha. Posteriormente, através da Lei nº 10.850, de 06/07/2001, ocorreu a desafetação de parte destas glebas, formando o atual território do Parque com cerca de 41.700 hectares.

A unidade reúne áreas dos municípios de Eldorado Paulista, Guapiara, Iporanga, Ribeirão Grande e Sete Barras, limitando-se a NE com Capão Bonito. Integra o chamado Contínuo Ecológico de Paranapiacaba, mosaico de UC's com mais de 150.000 hectares, reunindo florestas em bom estado de conservação (Figura 1).

Delimitada ao norte pela Serra de Paranapiacaba, o PEI se insere entre o Vale do Ribeira e o Alto Paranapanema, regiões com distintos contextos sócio-econômicos e ambientais.

Antes de ser Parque Estadual, a chamada Fazenda Intervales pertenceu ao Banco do Estado de São Paulo (Banespa), cuja origem remonta à década de 1950. Vinculava-se a um projeto de empresa agro-pecuária e acabou perdendo capital e suas terras para o banco. Posteriormente o Banespa foi ampliando a fazenda Intervales a partir de anexação de áreas, Tal processo não diferiu da origem dos latifúndios em território paulista e brasileiro. Durante o regime militar, diversos investimentos foram efetivados na fazenda Intervales, inclusive com atuação direta de militares que foram designados para administrar a área, na década 1970. Entre outras tentativas agro-pecuárias e de mineração, destaca-se a exploração e beneficiamento do palmito juçara, entre, 1978 e 1986, além da opção de lazer da sede para funcionários do banco.

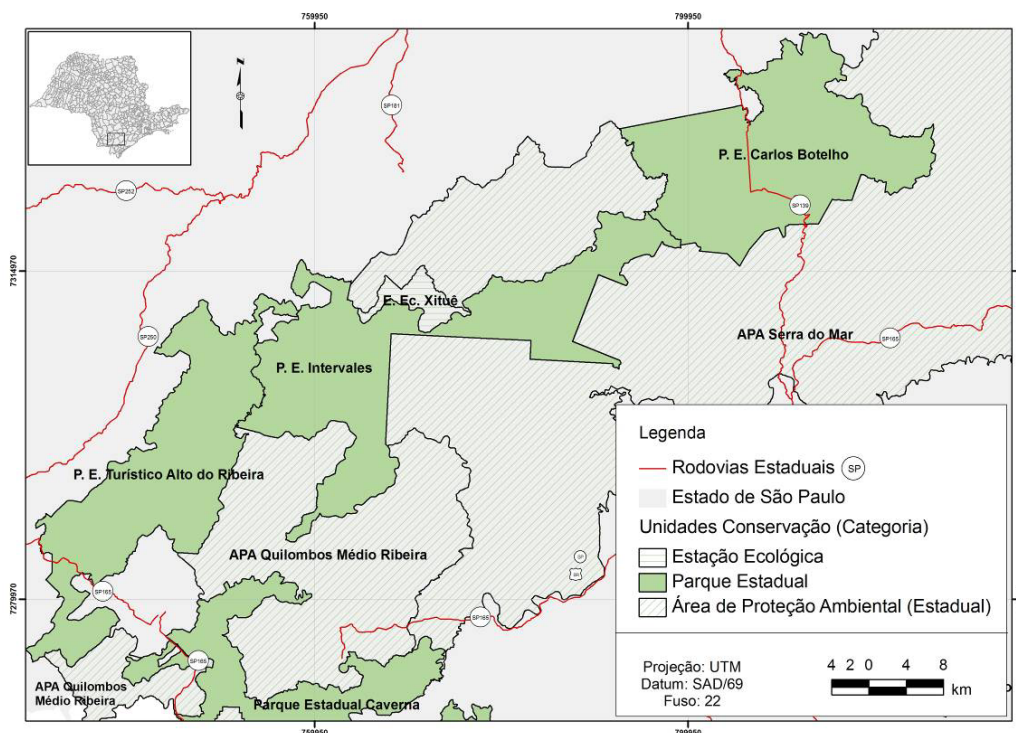


Figura 1 - O PEI no Contínuo Ecológico de Paranapiacaba – UC's de Proteção Integral (Fonte: Fundação Florestal, elaborado por Georgina Limnios e Maurício A. Marinho)

De acordo com Castanho Filho (1997) a passagem da administração da Fazenda para a Fundação Florestal do Estado de São Paulo resultou de uma mudança para uma visão conservacionista. “Após aprovação pelo Conselho Curador da Fundação Florestal efetivou-se a sua compra no valor de 3,3 milhões de dólares na época. A FF assumiu a Fazenda Intervalos em 1987, integrando-a aos mapas das áreas do Estado. Foi uma fase de transformação estética e conceitual, onde o desenvolvimento sustentável passa a ser o norte de todo o trabalho.”

Implantaram-se nesta época os projetos de ecoturismo, educação ambiental e de pesquisa básica e aplicada, em especial os projetos que buscavam o manejo sustentável de espécies da mata atlântica, como exemplo a regulamentação no Estado de São Paulo do manejo sustentável do palmito juçara, a partir de estudos dentro de Intervalos e realizados pela FF em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A criação do PEI, em 1995, está diretamente relacionada ao aumento de pressão econômica das atividades e de projetos de mineração de rochas carbonáticas e de produção de cimento, interferindo sobre a região da sede de Intervalos (em Ribeirão Grande). As pesquisas da FF aplicadas ao manejo sustentável de florestas e trabalhos de base comunitária foram transferidas para o entorno da Unidade.

Estrutura atual do PEI

Atualmente o Parque conta com 49 funcionários ativos, uma sede administrativa (em Ribeirão Grande) e mais onze bases de apoio à fiscalização, seis dessas contam com pessoal fixo. A gestão do PEI é executada por meio de cinco programas de manejo:

Administração; Proteção; Pesquisa; Uso público; e Interação Socioambiental. Neste último programa é que estão inseridas, enquanto ações de rotina do Parque, as relações com comunidades vizinhas ao PEI, incluindo o bairro Guapiruvu, dentre outros.

O PEI conta com um conselho consultivo, conforme determina o artigo 30 da lei do SNUC, regulamentado pelos artigos 17 a 20 do Decreto Federal nº 4.340 (22/08/2002), contando com 24 membros de diferentes segmentos da sociedade.

O plano de manejo do PEI encontra-se em fase de aprovação junto ao CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), realizado mediante parceria entre a FF e o Departamento de Geografia da USP, com participação do Instituto Geológico (IG), órgão também vinculado a Secretaria do Meio Ambiente. A principal contribuição do plano se refere à definição da Zona de Amortecimento do PEI, com setorização e estabelecimento de diretrizes para o ordenamento territorial, contendo estratégias para conservação da biodiversidade e o fomento de práticas sustentáveis junto às populações vizinhas.

Guapiruvu e sua organização social

O bairro Guapiruvu localiza-se no município de Sete Barras e abrange parte do município de Eldorado, inserido no médio curso do rio Ribeira de Iguape, distante 30 quilômetros da cidade de Sete Barras. Conforme Bernini (2005) são cerca de 150 famílias situadas ao longo dos rios Etá e Felipe. O bairro é dividido entre baixo e alto Guapiruvu, limitando-se a leste com o PEI, sendo a maior parte deste limite correspondente ao território do assentamento rural Alves, Teixeira e Pereira e a oeste com o assentamento Valmorfoso, criado durante o governo Sarney (Figura 2).

Com a marginalização do Vale do Ribeira em relação à economia cafeeira a região ganhou atributos próprios. De acordo com Zan (1987) a busca de terras com solo mais fértil condicionou a ocupação de tributários do rio Ribeira de Iguape, dando origem a diferentes povoados. O bairro Guapiruvu surgiu neste contexto com a vinda de famílias de origem caíçara, oriundas de Iguape e Cananêia, litoral sul de São Paulo.

Nesse período predominou a cultura tradicional de roças de arroz, feijão e milho, com acesso livre às terras e formas de ajuda mútua como o mutirão e a troca do dia, formas típicas das sociedades rústicas (Cândido, 2001).

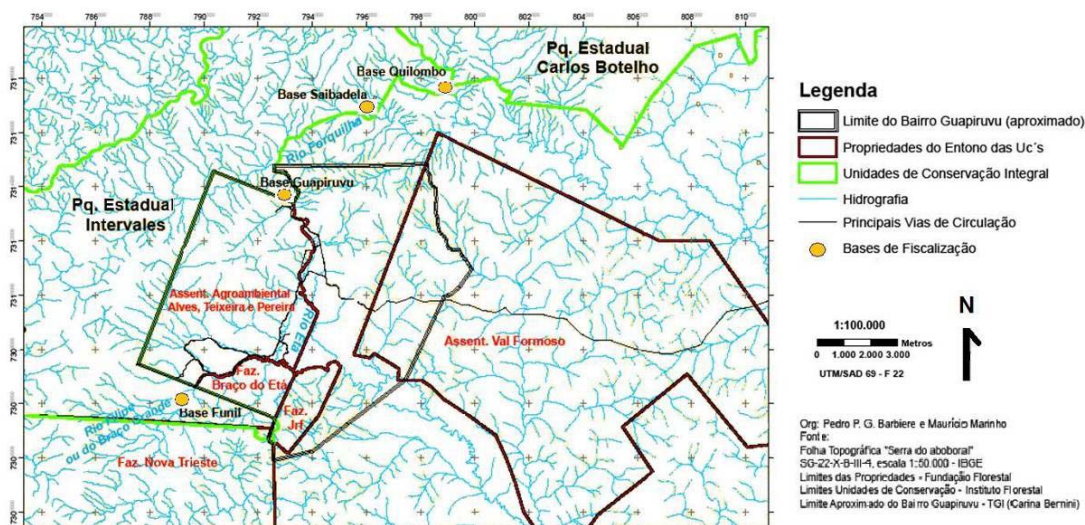


Figura 2 - – O PEI, o bairro Guapiruvu e os territórios vizinhos, municípios de Sete Barras e Eldorado (adaptado de Fonte: FF e Bernini, 2005. Elaborado por Pedro Barbieri e Maurício Marinho, 2006)

Juntamente ao avanço da cultura da banana-nanica ocorreu o processo de especulação e concentração de terras, com instalação de três madeireiras no bairro e proximidades. A coleta e comercialização do palmito juçara já eram praticadas nas florestas adjacentes à fazenda Intervales e que na época ainda pertencia ao Banespa. No final da década de 1970 o cultivo do gengibre no bairro incrementou capital para pequenos e médios produtores, fato que causou rápido crescimento econômico e populacional.

O ganho em produtividade do gengibre esteve diretamente vinculado à mecanização do solo, causando sua compactação e também contaminação dos recursos hídricos. Como resultante vieram os problemas ambientais e de saúde pública associados à utilização intensa de defensivos agrícolas, sistema esse estimulado por empresas do ramo e pelo próprio Estado. Conforme relata uma das lideranças da AGUA: “Em 1978 entrou o gengibre aqui e deu uma guinada do ponto de vista sócio-econômico. O gengibre entrou em colapso porque aqui a área é muita pequena, ele tem que ter muita rotação de cultura, pois deteriora muito o solo e aparece muita doença Com a doença vem o veneno. O gengibre virou moeda corrente, por um período de 12 a 15 anos foi uma febre, mas aí nós não soubemos economicamente aproveitar isso e perdemos tudo”.

Com a crise do gengibre, no início da década de 1990, veio a descapitalização dos moradores, agravando os problemas socioambientais do bairro, com a entrada de atividades de madeireiras e carvoarias, o avanço do plantio da banana e a extração do palmito juçara. Conforme relato de uma técnica da FF que trabalhava na fazenda Intervales, na época, afirmou que a área era muito pobre, desarticulada, sem acesso à telefone e com estradas precárias, uma “vila esquecida no tempo”.

Tais dificuldades econômicas acabaram por aumentar a pressão sobre o Parque. “Eu lembro que o Parque era a coisa mais linda, porque quando você melhora economicamente diminui a pressão sobre o Parque”, conforme destaca uma liderança da AGUA.

Outro conflito que perdurou no bairro por mais de quarenta anos foi a luta pelo direito da terra pelas famílias tradicionais do bairro. Esta resistência resultou na desapropriação pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em 2004, e criação do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira em uma área de cerca de 3.072 hectares. O conflito inerente à luta pela terra e o processo de organização social do bairro, dentro do viés ambientalista foram analisados por Bernini (2005).

A construção da cidadania no bairro Guapiruvu

Foi um longo caminho de reflexão e aprendizagem para que os moradores compreendessem e interferissem nos rumos do bairro. Neste sentido, foi determinante a participação dos jovens do Guapiruvu, conforme relato de liderança local: “Depois que as escolas comunitárias acabaram a gente criou o JUGUA (Juventude Unida do Guapiruvu), isso em 80 até 90 e que trabalhava mais esporte e lazer e depois a questão ambiental.”

A diversidade de formação das lideranças do bairro contribuiu para seu fortalecimento organizacional e político, tendo a AGUA como *locus* de construção da cidadania no bairro. Esta conquista de direitos civis conciliou a estratégia de reivindicação e independência política.

A crise econômica e social do bairro Guapiruvu, acentuada no início da década de 1990, justificou a organização sócio-política dos moradores, processo apoiado, inicialmente pela organização ambientalista Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz (sede no Vale do Ribeira). Conforme Bernini (2005): “essa organização pré-existente no bairro facilitou a escolha da comunidade para atuação de atores ambientalistas na década de 90. O principal ator foi a organização não governamental Vitae Civilis e que iniciou o projeto “Da Mata à Casa”, em 1997, com objetivo conciliar, através do cultivo de plantas medicinais, a conservação e o uso sustentável dos recursos da Mata Atlântica.”

Criada em 27 de setembro de 1997, a AGUA conta atualmente com mais de cento e vinte associados, sendo 50% ativos, tendo realizado um total de cento e vinte e sete assembleias gerais (levantamento feito até início de 2006) e beneficiando cerca de cem famílias do bairro. A leitura minuciosa das atas de assembleias da AGUA evidencia como se deu o processo reivindicatório desta associação junto ao poder público municipal (Sete Barras), processo esse influenciado pelo diagnóstico e ações constantes da Agenda 21 Local (Vitae Civilis & Agua, 1998). Mais do que reivindicação, a AGUA exerce em seu cotidiano a responsabilidade, em muitos casos, do poder público municipal, distante do bairro.

A AGUA tem como meta o “desenvolvimento econômico solidário e sustentável da comunidade do Guapiruvu”, estruturada em quatro linhas de ação: organização social; políticas públicas; ecocidadania; e economia solidária e negócios sustentáveis. Os programas se dividem em atividades, dentro de uma matriz estratégica e organizacional (Figura 3).

Uma das prioridades da AGUA é a efetivação do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira, envolvendo 72 famílias, ou cerca de 50% das famílias do bairro. Trata-se de um PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), supervisionado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Outras duas entidades compõem a matriz organizacional e sócio-política no bairro, atuantes em estreita cooperação e co-responsabilidade com a AGUA: a) Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu (Cooperagua), fundada em 2002, com cerca de 50 cooperados, volta-se à comercialização da produção agrícola e fomento de sistemas de produção de banana orgânica, de plantio de pupunha e de palmito juçara (para aproveitamento da polpa) e implantação de sistemas agroflorestais (SAF's); b) Clubinho Ambiental Amigos da Mata, fundado em 2003, é formado por crianças e jovens da comunidade e tem como objetivo, conforme sua ata de constituição, em 21/06/2003, a “proteção e a preservação do meio ambiente, bairro melhor, educação ambiental, lideranças, coleta de lixo (bairro e rios) e monitoramento da qualidade da água”.

Este tripé organizacional formado pela AGUA, Cooperagua e Amigos da Mata demonstra o alto grau de amadurecimento gerencial e sócio-político presente no bairro. As lideranças locais enfatizam que, após dez anos de criação da associação estão conseguindo obter resultados significativos, embora encontrem forte resistência daqueles agricultores que valorizam os sistemas de produção convencional. Além dos projetos ligados ao uso diferenciado da terra e legitimação do assentamento destacam-se as ações de ecocidadania e a criação e disponibilidade de fundos de investimento e que são auto-geridos: o Fuvines (fundo rotativo para a Cooperagua e as atividades de ecoturismo da associação) e o Fraternal (empréstimo a juros baixos para 20 famílias de agricultores). A AGUA está engajada em projetos e movimentos sociais regionais, em nível estadual (redes de economia solidária) e na esfera global, como a participação no Fórum Social Mundial, em

2005, e a certificação agrícola através do selo socioambiental Rainforest Alliance, em parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).

Ressalta-se que diversas famílias ainda não participam da AGUA ou da Cooperagua, possuindo certa relação de desconfiança e de conflito. A maioria está diretamente relacionada à atividade extrativista do palmito juçara, em especial da localidade denominada Prainha, no Alto Guapiruvu. Outra parte das famílias do bairro possui estreita relação com as atividades de agricultura convencional, a monocultura de banana-nanica. Constatou-se que os pequenos produtores, adeptos ao sistema de agricultura convencional vem perdendo espaço, necessitando cada vez mais recursos (materiais, humanos e financeiros) para que mantenham os níveis de produção e qualidade exigidas pelo mercado. Esta atividade é sustentada pelas próprias políticas agrícolas da região e pelas classes dominantes da porção do médio e baixo curso do Ribeira de Iguape.

A problemática de extração do palmito juçara no Vale do Ribeira e no PEI

A palmeira juçara, *Euterpe edulis* Martius, representa base de cadeia alimentar para muitas espécies de aves e pequenos mamíferos da Mata Atlântica. De acordo com Conte et al 2002, o palmito juçara tem se constituído ao longo dos anos “um dos mais importantes produtos não madeiráveis explorados na floresta Atlântica. Por ser um produto de elevado valor econômico, a espécie tem sofrido uma expressiva redução na área de sua ocorrência por conta da exploração predatória praticada pelo homem.

Na década de 1980 esta atividade começou a ser reprimida de forma mais sistemática pelos agentes do Estado, fato que não garantiu a conservação populacional da espécie, estando hoje restrita as UCs, ou melhor, em partes destas unidades.

Nogueira (2003) utiliza o termo “rede clandestina de palmito” para designar a cadeia produtiva ilegal da espécie. Esta rede abrange desde o extrator e o consumidor, incluindo compradores da região, os “atravessadores”, pequenas e médias indústrias de beneficiamento do palmito em conserva, donos de estabelecimentos comerciais e até mesmo alguns vereadores, prefeitos, advogados. Constitui uma atividade lucrativa, minimizando a carência de renda e contribuindo para a desagregação comunitária e aumento da vulnerabilidade social na região

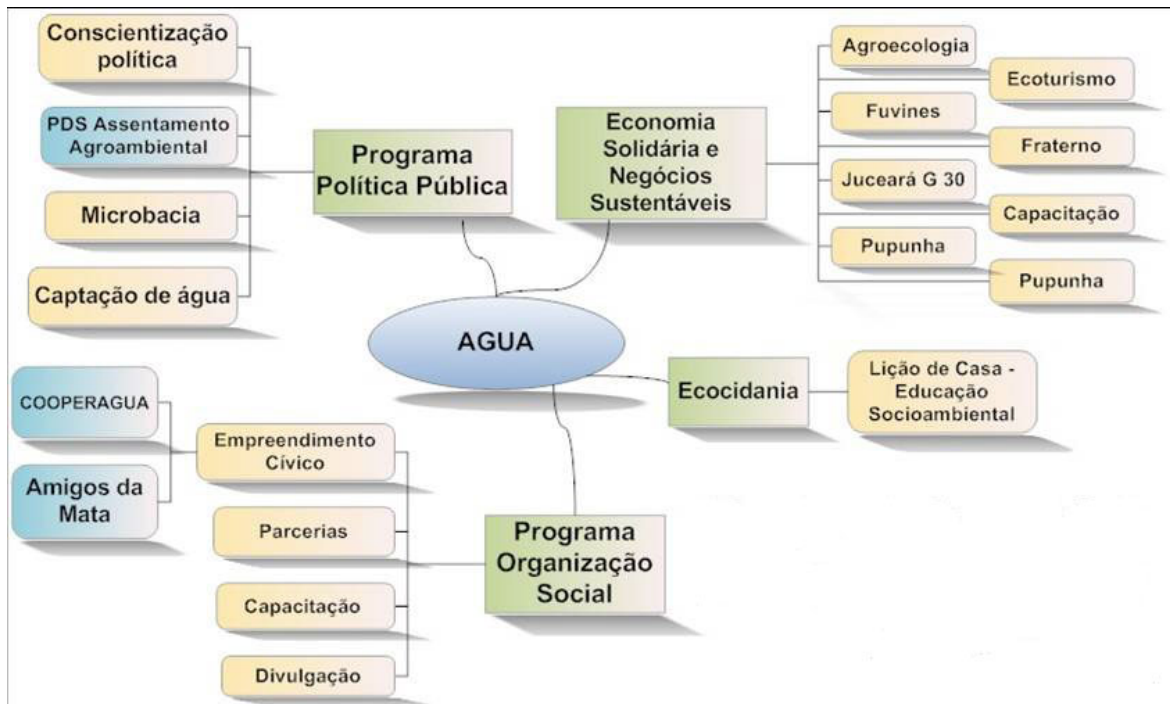


Figura 3 - Organograma sócio-político e produtivo da AGUA (Fonte: Relatório de Atividades da AGUA para 2005, adaptado por Maurício A. Marinho)

Conforme relata um guarda-parque do PEI: “O atravessador lucra cem por cento a mais, eles compram palmito como se fosse empregador. Tem vereador eleito pelos palmiteiros que é advogado e defende os palmiteiros. Tem o atravessador e o próprio prefeito defende. Eles pensam assim: Eu não vou ganhar a eleição na próxima campanha. O palmito acaba movimentando a economia de cidades como Sete Barras.”

Entre os anos de 1996 e 2004 ocorreu o agravamento dos conflitos, nos Parques do Contínuo de Paranapiacaba, com enfrentamento entre grupos de extratores de um lado e vigias e policiais ambientais do outro lado. Segundo informações levantadas durante o estudo, mais de dez confrontos ocorreram nesse período, envolvendo lesões físicas, para ambas as partes, resultando em três mortes, somente na área do Contínuo de Paranapiacaba.

Houve aumento significativo desta atividade no PEI, com alto percentual de apreensões de palmito *in natura*, por parte da equipe de guardas-parque e PAmb, entre os anos de 2001 (19%), 2002 (29%) e 2003 (22,3%), dados relativos a vinte e três municípios do Vale do Ribeira Alto Paranapanema (Figura 4).

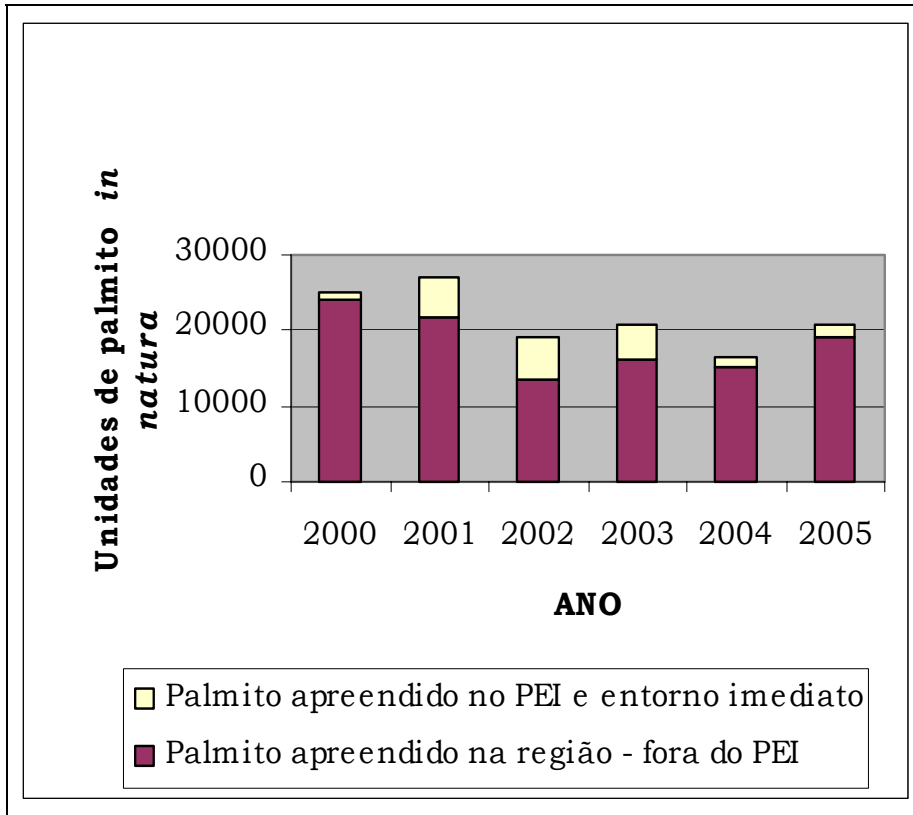


Figura 4 – Unidades de palmito *in natura* apreendidos no PEI, em relação a 23 municípios do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema (Fonte: PAMB - 2ª Cia. de Registro e 3ª Cia. de Sorocaba; Relatórios do Programa de Proteção do PEI/FF, elaborado por Lúcia Jorge e Maurício A. Marinho)

A intensificação de conflitos coincidiu com mudanças na equipe gerencial do PEI e também na direção da FF, tendo como uma das conseqüências o aumento da vulnerabilidade ambiental do Parque.

Em fevereiro de 2001 ocorreu o confronto que culminou em morte de um extrator de juçara no interior do PEI, nas proximidades da base Saibadela e bairro homônimo e nas proximidades do bairro Guapiruvu. O agravamento do conflito a partir de ameaças teve como resultado direto a saída temporária dos vigias das bases do Parque em Sete Barras e Eldorado.

O núcleo Sete Barras, localizado no Parque Estadual Carlos Botelho (PECB), foi neste período utilizado como base estratégica de apoio a proteção do PEI. No final de 2001, as equipes retornaram para as bases do Parque.

Entre 2001 e 2004, como resposta direta das operações de fiscalização e de autuações, ocorreram os atos de vandalismo às instalações do Parque. Inicialmente foram pequenos danos materiais e, por fim, incêndios criminosos, e sucessivos, de alojamentos de apoio no Parque, com cinco alojamentos destruídos nas bases Funil, Guapiruvu e São Pedro (quatro alojamentos de alvenaria e um de madeira). Os danos patrimoniais eram realizadas após cada operação bem sucedida, envolvendo prisões em flagrante e as seguintes ações: a) desmonte de acampamentos no meio da floresta; b) transporte ou destruição na floresta de

feixes de palmito *in natura*; c) apreensão de vidros vazios ou com palmito em conserva; d) destruição de fabriquetas clandestinas (fundos de quintal e floresta); e) apreensão de muares (mulas e burros utilizados para transporte de cargas de palmito); f) apreensão de “armas brancas” (facões e foices) e de “armas de fogo” (espingardas com cartuchos ou balas); g) apreensão de veículos automotores a até bicicletas (utilizados para transporte do palmito *in natura* e industrializados).

Foi no natal de 2001 que ocorreu uma mudança de postura dos guardas-parque do PEI e que contribuiu para diminuição de conflitos com os extratores de juçara. Conforme relato de um guarda-parque do PEI: “Hoje é o dia da gente decidir. Vamos no bar pra ver qual é a reação dos povo, pois hoje os palmiteiros estão todos no bar e se for verdade isso que estão falando de matar algum de nós a gente vai embora. Aí chegamos e cumprimentamos eles. Falaram que nosso trabalho não tinha problema e o deles era clandestino, mas não tinha outro meio. A opção deles era cortar o palmito, pois não tinham emprego, não tinham nada. A partir daquele momento mudou a mentalidade, nossa e a deles também.”

Relações de conflito e cooperação entre o PEI e o bairro Guapiruvu

O PEI e o bairro Guapiruvu constituem territórios com funções de uso, ora conflituosos e ora cooperativos. Interessa aqui entender o contexto geral e as particularidades desta relação sob o prisma dos sujeitos sociais envolvidos nestas relações.

Os conflitos entre o bairro Guapiruvu e o Parque são essencialmente: a extração e comercialização de produtos florestais (corte do palmito juçara), caça de animais silvestres e garimpo de ouro (em menor escala). Também se destacam as dificuldades para implementação contínua e permanente de atividades da FF tanto no Parque como no bairro, acarretando mais um foco de conflito.

Os danos estão relacionados à facilidade de acesso de infratores por diversas trilhas e picadas nas imediações do bairro Guapiruvu.

Entre 2000 e 2006, registraram-se 49% de ocorrências de danos ambientais no Parque, oriundas do bairro Guapiruvu (Figura 5). Das ocorrências registradas, 70% são de autoria desconhecida, com 98 pessoas autuadas, sendo 60 residentes no bairro e 38 provenientes de outras localidades (Figura 6).

Os impactos ambientais sobre o Parque foram extremamente significativos nesse período. Segundo depoimento de guarda-parque do PEI: “Tinha uma faixa de umas quinhentas pessoas cortando entre 2002 e 2004. Os três ônibus do Guapiruvu andavam lotados de palmiteiros, ia gente a pé e de carro. Se o Parque pudesse ser dividido em quatro partes calculo que uma parte foi cortada nesse período.”

As relações de cooperação entre a FF e o bairro Guapiruvu, através da AGUA fundamentam-se na promoção de práticas sustentáveis, contratação de moradores (principalmente ex-extratores de juçara) e apoio técnico para elaboração de projetos. Uma carta encaminhada pela AGUA em agosto de 2001 cobrou um posicionamento por parte da FF quanto ao PEI e propôs uma parceria. A carta estava pautada no agravamento de conflitos entre extratores clandestinos de juçara e o Parque e as atividades de caça de animais silvestres e propunha: a) Criação de um pacto de intenções para a gestão participativa Comunidade/Parque; b) Decidirmos uma política estratégica de ação que

Desmatamento no entorno do PEI			1	1	5	18	1	26
--------------------------------	--	--	---	---	---	----	---	-----------

Figura 5 – Ocorrências de danos ambientais e patrimoniais ao PEI no setor Guapiruvu –2000 a 2006 (Fonte: Relatórios do Programa de Proteção do PEI/FF)

Ano	Residentes no Guapiruvu	Residentes em outras localidades	
2000	2	2	Bairro Santo Amaro (São Paulo)
2001	1	1	Bairro Formoso (Sete Barras)
2002	13	9	Bairro Itaguai (Sete Barras) e Registro
2003	15	8	Cidade Sete Barras e São Roque
2004	11	4	Cidade Sete Barras e Miracatu
2005	15	12	Miracatu, Pariquera-Açu, São Vicente e São Paulo
2006	3	2	Jd. Nossa Sra. Aparecida e cidade (Sete Barras)
Total	60	38	04 municípios do Vale, 02 da região metropolitana de São Paulo e 01 município da Baixada Santista

Figura 6 – Residência de infratores autuados no setor Guapiruvu/PEI (Fonte: Relatórios do Programa de Proteção do PEI/FF)

Esta última proposta, de gestão compartilhada na base do PEI denominada Guapiruvu busca integrar os esforços de cooperação entre Estado e sociedade civil e foi apresentada pela AGUA, em setembro de 2007, através do envio de carta e o documento que se intitula: “Propostas de Compartilhamento para o Plano de Manejo do PEI” e tem como eixos centrais: 1) Base de gestão no Vale do Ribeira; 2) Uso compartilhado da base Guapiruvu no PEI; 3) Continuação da política de valorização dos recursos humanos do entorno.

O documento apresenta um conjunto de ações que designam responsabilidades diretas do PEI, da comunidade e compartilhadas e que, juntas integram a governabilidade da proposta. Propõem como principal meta o uso compartilhado da base Guapiruvu, no interior do PEI considerando que a base encontra-se subutilizada, que a AGUA promove o ecoturismo no Guapiruvu e necessita de uma estrutura para recebimento dos turistas e que o ecoturismo empreendido tem como premissa criar alternativa de renda sustentável e ética, sobretudo como alternativa a coleta ilegal da juçara (AGUA, setembro de 2007).

Conclusões do Estudo focal 1

Conforme citam Bensusan e Ferreira Neto (2002): “Situações complexas como o caso das unidades de conservação onde há moradores dentro de seus limites ou onde há comunidades no entorno que não são os habituais parceiros de atividades de conservação, como assentados de reforma agrária, devem ser considerados em sua totalidade. Só o trabalho que envolve todos os atores sociais pode ter êxito.”

No decorrer deste estudo evidenciaram-se aspectos divergentes e convergentes nas relações entre agentes do PEI e o bairro Guapiruvu. Os conflitos identificados são permanentes e relacionam-se principalmente as atividades que buscam coibir a extração clandestina do palmito juçara e caça de animais silvestres, e que justificam a necessidade de promoção de atividades econômicas e includentes.

O incentivo às práticas sustentáveis orientados pela AGUA mostra um caminho promissor para o bairro, tendo a cooperação e o diálogo como argamassa de uma política pública de fato. Entretanto, as iniciativas a ações de cooperação, por parte da FF e outros órgãos estaduais no bairro Guapiruvu, caracterizam-s como pontuais e descontínuas.

O depoimento de uma das lideranças locais registra de forma contundente esta necessidade de diálogo e cooperação permanente entre as partes envolvidas, nesse caso o Parque e o bairro: “Eu ainda acredito e aposto no ser humano, na consciência, investir na educação que é o que vai nos salvar, investir no nosso jovem, nas nossas crianças. Num futuro próximo eles já não vão ter mais coragem de fazer isso, vão achar a saída e não é possível que continue dessa forma. A educação é primordial nisso tudo, por isso é que eu bato muito firme que os superiores, a Secretaria tem que pensar em investir no Parque sim, mas também alguma coisa fora. Porque pode por o exército lá, você sabe disso, pode botar um tanque lá, mas se o cara precisa está morrendo de fome ele vai passar por debaixo do tanque, vai correr risco, ele vai lá, não tem jeito. Eu acho que a consciência vai falar muito alto e através da organização nós temo que procurar a saída pra essas pessoas.”

Faz-se necessário, portanto, que os agentes do Estado e as lideranças comunitárias estejam mais abertos às mudanças, sem receio de ousarem, de proporem alternativas e tecnologias, buscando respostas para dentro e fora do Parque. Trata-se, portanto de uma mudança ideológica e da postura de gestores de áreas protegidas, conforme citam Pimbert & Pretty (2000): “substituir as práticas impostas de cima para baixo, padronizadas, simplificadas, rígidas e de curto termo pela diversidade das práticas locais de manejo dos recursos, complexas, flexíveis, não regulamentadas e de longo termo.”

Foram identificadas duas grandes metas a serem trabalhadas pela FF, AGUA e parceiros na localidade do Guapiruvu: a) a efetivação do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira, envolvendo mais de 40% das famílias do bairro; b) a proposta de gestão compartilhada da base Guapiruvu no PEI. Tais metas vêm de encontro com as premissas apresentadas pelo PNAP e recomendações internacionais, incluindo-se experiências bem sucedidas de co-gestão (ou co-manejo) de parques nacionais e outras áreas protegidas na América Latina e outras regiões.

Estudo focal 2 – Costa Rica – sobre o manejo compartilhado e a participação de comunidades – uma visão geral como exemplo a ser discutido

Os conflitos e diálogos da conservação nos levaram a analisar contextos mais amplos. No primeiro caso vimos como se desenha o conflito no Vale do Ribeira, uma região emblemática para o Estado de São Paulo no Brasil.

Analisaremos agora alguns aspectos dos caminhos para resolução de conflitos de manejo de áreas protegidas tematizando o caso da Costa Rica, país da América Central. Apesar da análise do projeto ser abrangente para toda a América Latina destacamos neste artigo este país, por ser uma referência em termos de modelo de políticas de conservação. Os estudos in loco e documentos oficiais que tivemos acesso na Universidade da Costa Rica e no Ministério de Ambiente e Energia daquele país serviram de base para essa exposição preliminar do caminho que vem sendo construído no diálogo com as comunidades locais.

As Áreas Protegidas da Costa Rica foram recentemente integradas a uma visão bioregional que estabelece conexões com corredores biológicos em toda América Central e Caribe. Em nível nacional foram instituídos uma rede de 45 corredores que cobrem 1.174.554 ha (23% da superfície continental do país) e que fundamentam uma visão integradora do ordenamento ecológico-territorial do país (Ásia-Castilho, 2005).

Escolhemos ilustrar essa pesquisa com a Costa Rica justamente por nos parecer o modelo que na origem estaria mais próximo da visão biocentrista implantada no Brasil, mas que a partir das reformas constitucionais de 1994 vem mudando conceitualmente o que vem a ser: gestão. Na constituição ficou assim definido:

“El estado procurará el mayor bienestar a todos los habitantes del país organizando y estimulando la producción y el más adecuado reparto de la riqueza. Toda persona tiene derecho aun medio ambiente sano y ecológicamente equilibrado, por ello está legitimada para denunciar los actos que infrinjan ese derecho y para reclamar la reparación del daño causado. El Estado garantizará, defenderá y preservará ese derecho. La Ley determinará las responsabilidades y sanciones correspondientes” .

O texto é muito semelhante ao da constituição de muitos países latino-americanos salvo pela frase *“reparto de la riqueza”*. Deste importante artigo constitucional podemos extrair os seguintes aspectos:

- Estabelece a legitimidade ativa de qualquer Pessoa em matéria ambiental ao definir o meio ambiente como de interesse difuso a partir do qual toda Pessoa esta legitimada para atuar.
- Transfere a responsabilidade ao Estado de defender e garantir esse direito, a legislação, que determinará as sanções correspondentes.
- Permite estabelecer uma serie de pautas e regulações para a participação cidadã na gestão ambiental.

É importante lembrar que o sistema que instituiu as leis maiores que regem a proteção ambiental não criou a figura jurídica do comanejo, deixando ao nível dos decretos essa decisão. Isto segundo as comunidades permite certa vulnerabilidade, pois os decretos são leis “mais fracas” determinadas pelo executivo. O comitê que participou da criação da política nacional de Comanejo para áreas protegidas na Costa Rica considera que o ideal

seria contar com uma lei específica que criasse a figura do comanejo de áreas protegidas como parte do ordenamento ambiental. Esta preocupação é válida, pois o decreto cria os comitês dentro de um quadro político com pouca força jurídica, pois se fosse uma lei seria mais difícil para um governo derrubá-la.

A natureza dos conflitos socioambientais vividos na Costa Rica e outros países da América Latina nos sugere muita semelhança com os casos brasileiros, assim como também ilustra avanços no sentido da democratização da participação comunitária dos locais nas decisões de gestão e manejo de áreas protegidas. Vejamos algumas aproximações. Os povos indígenas na Costa Rica possuem, assim como no Brasil, uma legislação própria, que estabelece a possibilidade do poder executivo de criar reservas mediante decretos legislativos. Mas há muito mais tempo do que no Brasil as terras indígenas foram incorporadas no sistema de áreas silvestres protegidas. Também ao que indica os autores pesquisados e entrevistados em campo não existem conflitos sérios com o estabelecimento de reservas indígenas e outras modalidades do sistema nacional de áreas protegidas. No entanto permanece um processo de conflito territorial quando se trata de definir extensão das áreas indígenas e vizinhanças. O caso melhor documentado é o do Parque Internacional La Amistad (PILA) que diminuiu aproximadamente 7.500 ha quando os povos indígenas conquistaram legalmente suas reservas. Assim como no Brasil a área dos parques uma vez institucionalizada não pode ser diminuída, pode-se modificar o seu desenho (desafetando áreas e/ou incorporando novas).

Na Costa Rica existe uma Política de Manejo Compartilhado de Áreas Silvestres Protegidas, oficializada desde 2006 pelo Conselho Nacional de Conservação. Esta política foi construída a partir de um longo período de debates com ampla participação de diferentes setores da sociedade civil. Os documentos que balizam a criação desta lei nos permitem avaliar que não apenas os conhecimentos sobre planejamento sistemático da conservação foram à base de discussão, muito da experiência participativa local foi trazida como referência para construção do Plano. O documento geral apresenta os objetivos, definição do conceito de manejo compartilhado, princípios, papel do Estado, atores locais, comitês de manejo compartilhado, monitoramento e desenvolvimento e implementação da política.

A participação das comunidades na gestão não é um caso isolado de alguns países e vem sendo debatida na última década nos eventos internacionais que tratam do paradigma da conservação. Destes destacamos o Congresso Mundial de Parques - Durban, 2003, que foi o fórum com maior discussão sobre o tema das áreas protegidas e as comunidades. Neste congresso um dos eixos de trabalho foi o tema “ Novas formas de trabalho conjunto: governabilidade sobre as áreas protegidas.

A seguir destacamos o conceito de manejo compartilhado proposto na Política de Comanejo da Costa Rica (2003) para que possamos comparar com os conselhos consultivos e deliberativos instituídos no Brasil:

“Es un proceso en donde el Estado, a través del MINAE¹, y más específicamente del SINAC, comparte con uno o varios actores interesados el manejo de un área silvestre protegida, en su contexto integral, mediante acuerdos o arreglos formales, con el fin de mejorar la gestión integral, participativa y responsables del patrimonio natural y

¹ MINAE – Ministério do Ambiente e Energia

cultural de las áreas silvestres protegidas y promover así la conservación y el desarrollo sostenible a escala local y/o regional. Esto no incluye la administración del Patrimonio Natural del Estado, que le corresponde en exclusiva al Poder Ejecutivo y so indelegables.

A despeito deste Plano Nacional, as experiências de gestão compartilhada com comunidades locais ainda são experiências pontuais na Costa Rica. Mesmo antes do SINAC² contar com uma política de manejo compartilhado de Áreas Silvestres Protegidas, algumas experiências já vinham acontecendo pela conquista local das comunidades. Este é o caso da Reserva Biológica Alberto Manuel Brenes, cuja administração foi conferida a um comitê misto desde 1973. Recentemente outras experiências em diferentes categorias de manejo, possuem comitês locais ou zonais e zonas de amortecimento com comitês de bacias hidrográficas. Mas assim como no Brasil a extensão deste processo participativo é fragmentada, lenta e gradual. A maioria das iniciativas de comanejo segue desenhos distintos e surgem como resposta a uma pressão social concreta.

A seguir exemplificamos alguns casos que estão em andamento.

Experiências locais de manejo compartilhado

AREA DE CONSERVAÇÃO	AREA SILVESTRE PROTEGIDA	TIPO DE CONTRAPARTE
Cordillera Volcanica Central	Reserva Biológica Alberto Manuel Brenes	Universidad de Costa Rica
Arenal – Huetar Norte	Refugio Nacional de Vida Silvestre Caño Negro	Coselho local (vários)
La Amistad Caribe	Refugio Nacional de Vida Silvestre Gandoca Manzanillo Zona Protectora Rio Banano Parque Nacional Cahuita Zona Protetora Cuenca del Rio Siquirres	Conselho assessor (vários) Comissão Interinstitucional (vários) Comite de manejo (vários) Comitê de bacias (vários)
Tempisque	Zona Protetora Nosara Refugio Nacional de Vista Silvestre Ostional	Fundação Monte Alto Comitê Local
Pacifico Central	Zona Protetora Cerros de Escazú	Associação para a Conservação e desenvolvimtno dos Cerros d Escazú

Fonte: Gerencia de Áreas Silvestre Protegidas del SINAC, 2006

Em todo o processo de participação parece haver uma direção clara: a de que a conservação se dá na medida em que o desenvolvimento comunitário, a consolidação das organizações de base, assim como o estímulo a participação na tomada de decisões,

² SINAC – Sistema Nacional de Áreas de Conservação.

resultam em melhorias reais na qualidade de vida das pessoas. Por isso o comanejo também passa a ser a promoção da organização local, propiciando a discussão e a reflexão coletiva, contribuindo para que os comunitários tomem suas próprias decisões e assumam sua responsabilidade com o projeto de conservação a que legitimamente fazem parte.

Há alguns estudos que avaliam o processo de descentralização do manejo recursos, particularmente na região caribenha da Costa Rica. Valverde (2006) analisa situações na região considerada uma das mais organizadas e combativas.

Pudemos visitar três destas áreas em 2007 e 2008. São elas:

- Parque Internacional La Amistad
- Parque Nacional Cahuita
- Refugio da Fauna e vida Silvestre Gandoca Manzanillo

Segundo análises feitas destes casos conclui-se que eles decorrem de uma ampla reforma política no país que ao final dos anos 1980 do século passado foi levada por algumas razões básicas. Segundo Valverde (2006.) são elas:

1. Os limites das políticas de ajustes econômicos levam a um corte de gastos públicos gerando uma dificuldade administrativa, particularmente na fiscalização dos parques.
2. A constatação de que áreas protegidas isoladas não sustentam seus objetivos de conservação.
3. A execução da política de conservação gera alto nível de conflitos sociais ao desalojar camponeses e produtores sem claras opções de reassentamos em outras áreas e fomento a sua produção. Essa política levou a riscos a conservação, notadamente aumento das queimadas, além de inúmeros conflitos com funcionários dos parques e resultam em altos custos sociais e ambientais.

Este contexto é muito semelhante a outros países onde os processos sociais mais amplos pressionam os governos para reformulação da política ambiental. Na Costa Rica nas últimas duas décadas iniciou-se a abertura de espaços no cenário político nacional para uma maior participação da sociedade civil. Essas transformações foram responsáveis pela criação do Sistema Nacional de Áreas de Conservação (Sinac), com a participação de diversas experiências em que as comunidades locais participaram ativamente no manejo de parques ou recursos naturais específicos. Muitos destes processos articulados pela organização política das comunidades, mas também por ONGs. Vamos brevemente descrever três exemplos de comanejo.

1. Área de Conservação La Amistad Caribe (Aclac)

Corresponde a uma região da Costa Rica voltada para o Caribe e declarada reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade. Nesta região ocorre a maior área de Florestas altas da América Central considerada de grande riqueza biológica e cultural. Sua extensão é de

620.400 ha. (exceto a parte marinha). Nesta área encontram-se as seguintes unidades de proteção ambiental..

- PN. Amistad Caribe,
- PN. Barbilla
- PN. Cahuita
- REBIO. Hitoy Cerere
- Refugio nacional de fauna e vida silvestre Gandoca Manzanillo
- Refugio nacional de fauna e vida silvestre Limoncito
- Refugio nacional de fauna e vida silvestre Aviarios do Caribe
- Reserva Forestal Pacuare
- Reserva Forestal Matina
- Reserva Forestal Río Pacuare
- Zonas protetoras de Bacias Hidrograficas do Rio Banano e Río Siquirres
- Humedal Nacional Cariari.

No cantão de Talamanca é onde se desenvolvem as experiências mais exitosas de comanejo entre sociedade civil e Ministério do Ambiente e Energia (Minae). Lá vive uma população de aproximadamente 20.000 habitantes numa área de 2.809,93 km².

Importante destacar que esta é uma região culturalmente rica em diversidade que mescla diferentes culturas. Talamanca possui mais de 80% de seu território coberto por áreas protegidas e uma grande quantidade de terras indígenas.

Talamanca

Considerada uma região pluriétnica, pois existem populações indígenas, negras e mestiças. Os indígenas cultivam Plátano e Banana para o mercado. A região conhecida como Baixa Talamanca vive historicamente das indústrias exportadoras de banana enquanto nas regiões costeiras as atividades se concentram na pesca artesanal e também exploram o turismo.

Sendo uma região florestal e também litorânea, Talamanca atraiu empresas turísticas e madeireiras. Aparte da extração de madeira com fins de comercialização, há o problema das mudanças de uso da terra com o desmatamento dando lugar a agricultura comercial. De outro lado, o turismo não planejado gera pressão sobre as áreas protegidas.

A mineração, as explorações petrolíferas feitas por companhias estrangeiras entram em conflito com muitas organizações locais que se contrapõem a estas atividades. O problema mais preocupante na região é a pobreza que se destaca no país e obriga os proprietários locais a comercializar por qualquer preço o recursos naturais diante das pressões das companhias exportadoras e comercializadoras. Corte e tratamento da madeira em pequena escala poderia ser uma atividade regulamentada e bem manejada na região e ser uma alternativa razoável diante das necessidades da população. .

Organizações locais e sociedade civil em Talamanca.

Dada as limitações deste artigo comentaremos apenas como as comunidades locais se organizaram para participar e criar políticas de empoderamento local. Talamanca é um cantão muito rico em experiências e iniciativas de co-gestão e pertence a uma província historicamente muito combativa. Há uma grande quantidade de organizações e existe um processo comunitário marcado pela participação de diferentes setores nucleados por varias organizações comunais e regionais. . Mesmo assim existem setores que passam por problemas de desenvolvimento socioeconomico devido às características culturais e ambientais desta zona: como por exemplo o setor indígena, que reivindica o fortalecimento da autonomia de seus territórios cujas organizações se colocam na dianteira dos movimentos indígenas do país. Lutas importantes pelos direitos indígenas na região tem levado a criação de alguns programas de desenvolvimento sustentável e apesar de certa dispersão de esforços, nos últimos anos tem se formado redes comunitárias e esforços de articulação de distintos atores como o Corredor Biológico Asunfort e Namasol que possibilitou um certo avanço no perfil organizativo da região.

Parque Nacional Cahuita

Cahuita localiza-se a 42 km ao sul do cantão central da província de Limón. É uma região turística muito procurada na costa caribenha da Costa Rica. Possui recifes coralígenos com grande diversidade de fauna marinha e terrestre. São praias com florestas litorâneas que formam uma paisagem atrativa para o turismo. O Parque Nacional Cahuita foi criado em 1979 e tem uma extensão de 23.467,9 ha onde 22.400 ha são marinhos.

O parque foi decretado sem participação alguma das comunidades tradicionais locais e impôs limites à pesca, atividade fundamental de sobrevivência da população local. Proibiu-se a extração de coral, a caça e a captura de animais, corte de árvores entre outros. O governo passou a interferir no turismo e cobrar ingressos para visitar a região proibindo o acesso dos moradores do lugar. Foi uma expropriação violenta com indenizações para aqueles cujas terras eram reconhecidas. Na área terrestres foram reprimidas as atividades agrícolas tradicionais com a cultura do cacau, de tubérculos como yuca, nhamê e de plantas ornamentais. A repressão as atividades tradicionais foi bastante forte e o incentivo ao turismo também, o que levou a muitas pessoas da comunidade a se engajarem nesta nova atividade. O descontentamento levou a população organizada a ocupar o parque rendendo funcionários e os acessos ao parque. Para resolver o conflito iniciaram-se conversações com a participação de vários atores locais. Formou-se um comitê comunitário de luta para mediar às negociações com o Estado. Ao cabo de muitas reuniões a comunidade conquistou um acordo que entre outros aspectos propôs:

- incorporar a comunidade no manejo do parque, perdendo o MInae a exclusividade na definição de políticas
- não realizar cobrança alguma de ingressos ao parque
- prosseguir com a indenização de terras expropriadas desde os anos 1970.

Este desenlace foi possível pois já havia uma tendência descentralizadora em curso na gestão de áreas protegidas no MInae e também pela incapacidade estatal de indenizar o valor adequado aos expropriados

Para possibilitar a incorporação da comunidade na gestão da área foi criado em 1997 um comitê de serviços composto por dois membros do Minae e três da comunidade. Durante vários meses o comitê funcionou informalmente e em 1998 converteu num comitê de manejo de direto, com maiores atribuições na gestão.

Algumas das principais medidas tomadas por este comitê foram (Valverde, 2006):

- solicitar contribución voluntaria para o acceso al parque;
- manutenção da limpeza nas praias;
- administração do serviço de banhos;
- contratação de guardaparques da comunidade;
- instalação de um posto de controle para evitar o saque de recursos naturais;
- instalação de um sala para educação ambiental;
- velar pelo cumprimento da normativa ambiental.

Refugio de Vida Silvestre Gandoca Manzanillo

Neste caso a co-administração no Refugio é feita por organizações de base, ONGs e Minae. Neste refugio somente 15% do território é estatal, os 85% restante pertencem a empresários privados que podem desenvolver distintas atividades orientadas pelo plano de manejo e outras legislações ambientais associadas.

As populações em Gandoca Manzanillo vivem historicamente da pesca, do cacau e alguns cultivos básicos. Mas os atrativos turísticos e a riqueza biológica é foco de muitos conflitos na área. A experiência de criação do comitê de manejo é um pouco mais conflitiva do que no Parque Nacional de Cahuita, pois há diferenças de interesse econômico, mais do que as culturais, pois houve no inicio grilagem e especulação com terras que seriam abrangidas pelo refugio. O fato criou situações de disputas que não se acalmaram até os dias atuais.

Esta zona é considerada pelo Instituto Costarricense de Turismo como de interesse ecoturístico, e foi selecionada em 1995, dentro de um acordo de cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para dotá-la de um plano de manejo. Isto incentivou o desenvolvimento de um processo participativo onde os representantes locais puderam expor seus pontos de vista e intervir no prometo de implantação. Hoje o funcionamento do Comitê de Manejo Gandoca Manzanillo é bastante estruturado e se encontra em uma fase de maior institucionalização em relação ao comitê de Cahuita, de formação mais recente.

Uma das conquistas dos moradores foi a construção de um manual de procedimentos que orienta tanto os comitês zonais como os usuários e a comunidade a respeito das possibilidades e as regras existentes para o desenvolvimento de qualquer atividades, que seja ambientalmente sustentável (para construir edificações, cultivar, aproveitamento florestal, caça e pesca, etc).

Depois de anos de tratativas de construção do comitê, as populações denunciam e criticam a visão fortemente conservacionista de parte do Minae, no entanto reconhecem a importância da criação do refugio assim como a construção do seu plano de manejo.

As tendências atuais de descentralização da gestão na Costa Rica estão se manifestando timidamente em algumas regiões em favor de um maior protagonismo da sociedade civil. Uma verdadeira descentralização, no entanto passa pelo protagonismo dos atores locais, que pressionam por abrir certos espaços inéditos no âmbito das relações sociedade civil-estado.

Conclusões do estudo focal 2

A grande discussão que permeia a conservação com participação é a quem pertence a floresta? E quem a utiliza de forma a garantir os seus processos ecológicos de sustentação. Nos últimos 30 anos se realizaram muitos projetos, congressos, estudos monográficos e informes sobre o manejo participativo e comunitário, mas existem provas quantitativas de uma mudança real? No reconhecimento das melhores praticas um indicador de melhoria seria o grau em que se tem desenvolvido o direito de ordenamento e propriedade florestal pelas comunidades ou pessoas. Nos estudos realizados na Costa Rica essas relações onde as comunidades estão envolvidas demonstram que se pode adotar muitas formas:

- o reconhecimento da propriedade ou posse de terras florestadas por parte de grupos comunitários
- a devolução do ordenamento de determinadas zonas florestais de propriedade publica aos usuários locais
- o ordenamento em conjunto ou ordenamento comum das terras de propriedade publica
- o arrendamento de terras de propriedade publica para fins florestais
- as concessões as comunidades.

A propriedade publica florestal segue como categoria predominante em todas as regiões em análise e em particular na Costa Rica e no Brasil. Em nível mundial 80% a 90% das terras florestadas são de propriedade publica.

A superfície florestal que mantém posse comunitária e sua administração se duplicou em 1985 e 2000, alcançando 22% nos países emergentes e subdesenvolvimento.

Em nossas visitas as áreas protegidas da Costa Rica onde as comunidades são mais participativas percebemos que os camponeses de um modo geral tem protagonizado um longo processo de luta para superar os problemas de pobreza e marginalidade originados em estruturas injustas de produção e consumo.

Este processo começou como em toda a América Latina pela reivindicação pelo direito a terra, seguindo com a busca de mecanismos para controlar o processo produtivo, e mais recentemente o movimento campesino incorporou como um aspecto fundamental de suas lutas a conservação dos recursos naturais. Neste contexto vem surgindo uma serie de experiências que constituem algo mais que meras estratégias de sobrevivência: a visão estratégica que a comunidade adquire sobre o seu próprio desenvolvimento e participação.

“ Si hablamos de agenda es necesario que los proyectos traten al maximo de incorporarse a la agenda de las comunidades, en otras palabras que los proyectos realicen un diagnostico de las necesidades de las comunidades, de sus proyectos, de sus metas y lo lleguen a las comunidades tratando de cumplir un Plano institucional o de proyecto, ya que al final esto no les interesa a las comunidades y por lo tanto no apoyan en un cien por ciento a la ejecución de las minas.

Fonte: Documento de sistematización (2005) Fundación Yuscarán. Reserva Biológica Yuscarán. Honduras”

A participação pública na gestão de áreas protegidas na Costa Rica é ainda um assunto nebuloso, de difícil tratamento e ao mesmo tempo de grande avanço e relevância pelas implicações socioambientais e políticas. No entanto a aprovação de uma política institucional (oficial) para promover e regular o desenvolvimento de experiências participativas em torno da gestão de áreas protegidas marca a história da conservação do país. Um primeiro aspecto a se destacar é a abordagem natural e cultural que se imprimem as experiências concretas. Outra é o caráter de política ampla e não apenas de conquistas sociais e lutas pelos direitos de permanência, visibilidade e participação que marca como um todo a gestão de proteção em toda a América Latina.

O manejo de uma área protegida é complexo e não deve ser realizado unilateralmente. O comanejo com a participação das comunidades deve ser planejado e com estratégias conhecidas, aprovadas e consensuadas no Plano de Manejo da Área Protegida. A planificação de uma área protegida deve integrar os planos de ação e planos operativos de organização e as comunidades assentadas na zona de amortecimento. A planificação deve ser baseada nas demandas da área protegida em seu contexto social, econômico, cultural e político.

Quanto mais sólida a base legal da área protegida maior é a garantia do comanejo. Aspectos como demarcação, zoneamento devem responder a capacidade de uso dos recursos naturais e ao interesse de suprir as necessidades humanas com um zoneamento idôneo.

Para que as áreas protegidas sejam comanejadas e legitimadas, estas deveriam ser delimitadas, demarcadas e saneadas com a participação ativa e direta das comunidades locais. A situação de pobreza das populações rurais associadas às áreas protegidas e o tipo de atividades demandadas aos comanejantes recoloca a natureza da gestão de áreas protegidas. Para a execução de atividades participativas de manejo e efetivamente um processo de governança deve existir um equilíbrio entre o desenvolvimento comunitário e a proteção e conservação da área. Nas ações para reduzir a pobreza, devem ser consideradas as prioridades manifestadas pelas comunidades, mesmo que o Estado e outros setores econômicos tenham o interesse unicamente na mercadoria turismo, por exemplo. Os projetos de desenvolvimento devem estar orientados para a estabilização das populações e suas atividades produtivas na zona de amortecimento. As estratégias de organização e o fortalecimento de estruturas permanentes de educação, formação de capital humano, os sistemas produtivos agroflorestais e a institucionalização de processos de empoderamento local devem ter foco primordial. A participação comunitária em relação à área protegida é diretamente proporcional à abertura e envolvimento de seus líderes na tomada de decisões. A centralização na tomada de decisões relacionadas com o manejo de uma área desfavorece

a credibilidade no cumprimento de compromissos pelo Estado. As comunidades sempre utilizaram os recursos e tem necessidade deles. .

Referências Bibliográficas:

- ADAMS, C. (2000) *Caiçaras na Mata Atlântica: Pesquisa versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume: FAPESP.
- AMEND & AMEND, T. (1992) *¿Espacio sin habitantes?; Parques nacionales em América Del Sur*. Gland. Caracas, UICN / Ed. Nueva Sociedad, 497 p.
- ARRUDA, R. (1999) *Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*. In: Ambiente e Sociedade, ano II, nº 5, Campinas, SP.
- BECKER, Howard. **De que lado estamos?** In: Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1997, p.122-136.
- BENATTI, J. H. (1999) *Presença humana em unidade de conservação: um impasse científico, jurídico ou político?* Macapá : NAEA/UFPA. Mimeografado.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.176p.
- BERNINI, Carina Inserra. **Guapiruvu (Sete Barras – SP): Um encontro contraditório entre ambientalismo e luta pela terra**. 2005.80f. Trabalho de Graduação Individual (Oriente. Marta Inez Medeiros Marques): Depto. Geografia/FFLCH/USP, São Paulo. 80p.
- BITENCOURT, L.R. & LOCH, C. (2000) *O uso das séries históricas de fotografias aéreas para o monitoramento físico-espacial no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - SC*. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário (COBRAC), Florianópolis: UFSC. *Anais*. 15 a 19 de outubro de 2000.
- BRASIL (2004) Ministério do Meio Ambiente. *Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto nº 4340 de 2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. 5.ed. Brasília: MMA/SBF. 56p..
- BRASIL. Decreto nº 004340 de 22 de agosto de 2002. **Regulamentação Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**, Brasília, DF: Senado, 2000.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**, Brasília, DF: Senado, 2000.
- CÂNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001, 376p.
- CASTANHO FILHO, E. P. **A vocação conservacionista da Fazenda Intervales**. In: Intervales. São Paulo. Fundação Florestal. 1997
- CIFUENTES, M. & IZURIETA, A. (1999) *Evaluation of protected area management*
- CONTE, Maurício S. R.; FANTINI, Alfredo, C. & GUERRA, Miguel P. **O Palmitreiro (*Euterpe Edulis*) como Recurso da Mata Atlântica**. IN: Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais / Luciana Lopes Simões, Clayton Ferreira Lino (organizadores). São Paulo: Editora SENAC, 2002.

- COSTA, P. C. (2002) *Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph.
- DAYEY, A.G. (1998) *National System Planning for Protected Areas*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 71p.
- DIEGUES, A.C. (1998) *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Hucitec, São Paulo. Paulo.
- DIEGUES, A.C. (org.) (2000) *Etnoconservação – novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos*. Hucitec, São Paulo.
- DIEGUES, A.C. & ARRUDA, R.S.V. (2001) *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.
- DIEGUES, Antonio C. **Etnoconservação: Novos Rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 2000. 290p.
- DOUROJEANNI, M.J. (2001) *Áreas protegidas de América Latina em los albores del siglo XXI*. In: Benjamin A.H. (coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p.42-107.
- FAO/PNUMA (1994) *Áreas silvestres protegidas y comunidades locales em América Latina*. Organización de Las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación & Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Documento Técnico nº 17.
- FERNANDEZ, F.A. dos S. (2000) *O Poema imperfeito: crônicas de biologia, conservação da natureza, e seus heróis*. Curitiba, E. UFPR/FBPN. 260p.
- FERREIRA, L.C. (2004) *Dimensões Humanas da Biodiversidade*. Ambiente e Sociedade, ano VI (1).
- FOOTE-WHITE, Willian. **Treinando a observação participante** In: Desvendando máscaras sociais (org. Alba Zaluar Guimarães). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 2ª ed., 1980, p. 77-86.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Intervalos**. Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo: São Paulo, 2001.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Parque Estadual Intervalos: plano de gestão ambiental – fase 1**. Fundação para Conservação e Produção Florestal. Secretaria do Meio Ambiente – São Paulo: SMA, 1998
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Projeto Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental**. Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade – PICUS. (Relatório técnico de projeto apresentado ao Fundo Brasileiro de Biodiversidade), 2005.
- FURLAN, S.A. (2000) *Lugar e cidadania: implicações sócio-ambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de São Sebastião –SP)*. Tese de Doutorado no Depto. De Geografia, FFLCH/USP.
- FURLAN, Sueli Ângelo. **Lugar e Cidadania: implicações sócio-ambientais das políticas públicas de conservação socioambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP)**. 2000. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- IBAMA (1997) *Relatório Nacional do Brasil*. Apresentado no I Congresso Latino-Americano de Parques Nacionais e outras áreas Protegidas, Brasília, 1997/10p.
- ING-ONG. **Programa de Monitoria Ambiental: Relatório Técnico- Financeiro de Jan. a Out. de 2001**. Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental: São Paulo, 2001.

- ING-ONG. **Relatório Síntese do Projeto de Capacitação de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira: 1998-2000**. Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental: São Paulo, 2000.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira – Anexo 1: Documento síntese**. Relatório, 1998.
- IRVING, Marta de Azevedo & MATOS, Karla. **Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas**. In: Revista Floresta e Ambiente. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006, v.13,n.2:89-96
- MARINHO, Maurício de Alcântara. **Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)**. São Paulo. 2006. 98p. Dissertação (Mestrado em geografia física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo
- MARTIN, G. J. (1995) *Ethnobotany*. London: Chapman & Hall.
- MELLO, L. G. (1995) *Antropologia Cultural*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.
- MILANO, M.S. (1999) *Unidades de Conservação no Brasil: mitos e realidades*. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental, 3: A proteção jurídica das florestas tropicais. São Paulo, IMESP. Anais, vol. I, p: 307-316.
- MORALES, R & MACFARLAND, C. (1980) *Compendio sobre la Metodologia para la Planificacion de Areas Silvestres*. Catie, Turrialba. 26p.
- NEDER, (2002)
- NOGUEIRA, Maria Claudia. **Educação ambiental e extração clandestina de palmito juçara (*Euterpe edulis*): o caso do Parque Estadual Carlos Botelho**. 2003. Dissertação (mestrado). Piracicaba: Esalq, 58p.
- NUNES, Márcia. **Do Passado ao Futuro dos Moradores Tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP, 2003, 152p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia Agrária e as Transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: Novos caminhos da geografia, (org. Ana Fani Alessandri). São Paulo: Contexto, 2001.
- PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana**. In: Boletim da FFLCH nº 283, USP, São Paulo, 1966.
- PIMBERT, M.P. & PRETTY, J.N. Parques, **Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Naturais Protegidas**. In: Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2001, p.183-223
- PISCIOTTA, Kátia. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista**. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, 2003.
- QUEIROZ, M.I.P. (1973) *O campesinato Brasileiro: ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis – São Paulo: Vozes – Edusp. (Estudos Brasileiros)
- RESENDE, Roberto Ulisses. **As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002, 198p.

- RODRIGUES, C.L. (2001) *Limites do Concenso: Territórios Polissêmicos na Mata Atlântica e a Gestão Ambiental Participativa*. Tese de Doutorado no Depto. De Geografia, FFLCH/USP.
- RODRIGUES, J.E.R. (2006) *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 205p.
- SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. **Turismo e Saúde Comunitária: Intervenção e Pesquisa no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SILVA, C.E.F. (1999) *Desenvolvimento de Metodologia para Análise da Adequação e*
- SOARES, Maria Clara Couto; BENSUSAN, Nurit; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. **Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de Proteção Integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2003.
- STEWART, R.R., NOYCE, T. & POSSINGHAM, H.P. (2003). *Opportunity cost of ad hoc marine reserve design decisions: an example from South Australia*. Marine Ecology Progress Series, 253: 25-38.
- TERBORGH, John. (2002) *Superando os impedimentos para a conservação*. In Terborgh,J.; Schaik,L. & Rao, M. (org.) Curitiba. Tomando os parques eficientes: estratégia para a conservação da natureza nos trópicos. Fundação O Boticário.
- TERBORGH, John; PERES, Carlos A. (2002) *O problema das pessoas nos parques*. In Terborgh,J.; Schaik,L. & Rao, M. (org.) Curitiba. Tomando os parques eficientes: estratégia para a conservação da natureza nos trópicos. Fundação O Boticário. UICN, 2003
- VALVERDE, Jaime. "Descentralización e comanejo de recursos naturales. Abordaje teórico".2006
- VITAE CIVILIS & AGUA. **Agenda 21 do Bairro Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)**. Sete Barras: Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz & Associação de Amigos e Moradores do Bairro Guapiruvu, 1998. 41p.
- ZAN, Jose Roberto. **Conflito de terra no Vale do Ribeira: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra do município de Sete Barras**. Dissertação (mestrado) São Paulo: FFLCH, 1987, 177p.